

**DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO
E DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO - DECAMO**

Declaro perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que a avaliação atuarial apresenta as demonstrações atuariais/financeiras consolidadas, utilizando como data focal 31/12/2023.

A data-base dos dados para a Avaliação Atuarial de 2023 está posicionada em dezembro de 2022.

O plano de custeio normal e o plano de custeio suplementar estabelecido na avaliação anterior, não foram implementados em lei do ente federativo dentro do ano-base, a que se refere o presente estudo.

Assim, em relação à avaliação Atuarial com data focal 31/12/2022 para o ano de 2023, foi constatado Déficit Atuarial a Equacionar no importe de -31.499.083,21:

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Ativos Garantidores do Plano	55.900.306,34
Provisões Matemáticas	150.868.482,09
Compensação Previdenciária	8.118.105,06
RESULTADO ATUARIAL -	86.850.070,69

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Superavit	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Deficit	-86.850.070,69
Deficit Equacionado:	-55.350.987,48
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-55.350.987,48
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-31.499.083,21

Ademais, diante do quadro demonstrado no cálculo atuarial, justifica o atuário pela elevação do Déficit pelo comportamento das despesas no Fundo em Capitalização com a influência da carga produzida pela redução dos servidores em atividade e pelo aumento no número de aposentados (142 para 151) e de pensionistas (38 para 41), agravada pelo crescimento das bases de cálculo de proventos de aposentadoria e pensões, apresentando

um aumento de 13,31% e 8,78% respectivamente, da média do benefício previdenciário:

“9.1 Principais causas do déficit atuarial

O resultado deficitário é consequente de:

- Crescimento do fundo de previdência em ritmo menos acelerado que o das provisões matemáticas.
 - Crescimento das provisões matemáticas devido à diminuição do tempo que falta para que cada participante atinja a elegibilidade à aposentadoria.
 - Crescimento das provisões matemáticas devido a incremento salarial em função de bonificações, especialmente àqueles que tenham mais tempo de serviço.
 - Crescimento das provisões matemáticas devido a incremento em proventos de aposentadoria e pensão.
 - Alteração na aplicação de tábuas de mortalidade atualizadas, cuja renovação anual reflete o incremento na expectativa de vida dos participantes, gerando aumento da responsabilidade do plano de benefícios.”
- (Avaliação Atuarial, data focal: 31/12/2022 - pág. 37)

Descrição	2023	2022	2021
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	19,88%	19,88%	18,88%
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA			
Quantidade de Segurados Ativos	450	473	495
Quantidade de Aposentados	151	142	127
Quantidade de Pensionistas	41	38	37
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2.388,12	2.078,20	2.229,18
Média do Valor de Benefício dos Aposentados	2.324,72	2.051,19	1.939,53
Média do Valor de Benefício dos Pensionistas	1.313,45	1.207,50	1.044,73
Idade Média dos Segurados Ativos	49,64	49,07	48,59
Idade Média dos Aposentados	65,72	64,95	64,98
Idade Média dos Pensionistas	61,59	60,32	54,84
Idade Média Projetada para Aposentadorias	61,05	63,56	62,32
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	55.900.306,34	50.157.862,85	49.170.544,82
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	66.065.310,21	54.559.723,19	42.148.653,34
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos	85.891,48	12.350,15	15.401,59
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos	65.979.418,73	54.547.373,04	42.133.251,75
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	113.232.637,86	88.218.804,78	101.146.078,27
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder	28.343.574,50	31.498.595,84	31.254.589,59
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	84.889.063,36	56.720.208,94	69.891.488,68
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	8.118.105,06	7.203.417,84	10.221.705,12
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00	0,00	0,00
Resultado Atuarial	-86.850.070,69	-53.906.301,29	-52.632.490,49
CUSTO NORMAL			
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	24,58%	24,01%	24,03%
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	6,82%	6,87%	6,85%
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0,00%	0,00%	0,00%
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
Ente Federativo - Contribuição Normal	17,58%	16,88%	16,88%
Taxa de Administração	2,30%	3,00%	3,00%

Por conseguinte, a insuficiência do plano de amortização em curso exigiu revisão, nos

moldes do estabelecido pela Portaria MTP n° 1.467/2022, quanto à viabilidade de se deduzir o Limite de Deficit Atuarial (LDA) do valor do déficit atuarial apurado na avaliação, que deverá ser implantado no decorrer de 2023 se outras medidas não resultarem em redução do déficit atuarial.

Nesse contexto orientamos ao Ente pela adequação do plano de equacionamento com implementação em Lei, sugerimos pela elevação da alíquota suplementar de 22,70% para 30,66% (acréscimo de 7,96%), alíquota essa estabilizada até 2054: (Avaliação Atuarial, data focal: 31/12/2022 – págs. 40-41)

ANO	SALDO INICIAL	OPÇÃO EM ALÍQUOTA	OPÇÃO EM APOORTE	AMORTIZAÇÃO	JUROS	SALDO FINAL
2023	65.435.177,51	22,70%	3.171.307,76	- 198.603,88	3.369.911,64	65.633.781,39
2024	65.633.781,39	30,66%	4.283.105,24	902.965,50	3.380.139,74	64.730.815,89
2025	64.730.815,89	30,66%	4.283.105,24	949.468,23	3.333.637,02	63.781.347,67
2026	63.781.347,67	30,66%	4.283.105,24	998.365,84	3.284.739,40	62.782.981,83
2027	62.782.981,83	30,66%	4.283.105,24	1.049.781,68	3.233.323,56	61.733.200,15
2028	61.733.200,15	30,66%	4.283.105,24	1.103.845,44	3.179.259,81	60.629.354,71
2029	60.629.354,71	30,66%	4.283.105,24	1.160.693,48	3.122.411,77	59.468.661,24
2030	59.468.661,24	30,66%	4.283.105,24	1.220.469,19	3.062.636,05	58.248.192,05
2031	58.248.192,05	30,66%	4.283.105,24	1.283.323,35	2.999.781,89	56.964.868,69
2032	56.964.868,69	30,66%	4.283.105,24	1.349.414,51	2.933.690,74	55.615.454,19
2033	55.615.454,19	30,66%	4.283.105,24	1.418.909,35	2.864.195,89	54.196.544,83
2034	54.196.544,83	30,66%	4.283.105,24	1.491.983,18	2.791.122,06	52.704.561,65
2035	52.704.561,65	30,66%	4.283.105,24	1.568.820,32	2.714.284,92	51.135.741,33
2036	51.135.741,33	30,66%	4.283.105,24	1.649.614,57	2.633.490,68	49.486.126,77
2037	49.486.126,77	30,66%	4.283.105,24	1.734.569,72	2.548.535,53	47.751.557,05
2038	47.751.557,05	30,66%	4.283.105,24	1.823.900,06	2.459.205,19	45.927.657,00
2039	45.927.657,00	30,66%	4.283.105,24	1.917.830,91	2.365.274,34	44.009.826,09
2040	44.009.826,09	30,66%	4.283.105,24	2.016.599,20	2.266.506,04	41.993.226,89
2041	41.993.226,89	30,66%	4.283.105,24	2.120.454,06	2.162.651,18	39.872.772,83
2042	39.872.772,83	30,66%	4.283.105,24	2.229.657,44	2.053.447,80	37.643.115,39
2043	37.643.115,39	30,66%	4.283.105,24	2.344.484,80	1.938.620,44	35.298.630,58
2044	35.298.630,58	30,66%	4.283.105,24	2.465.225,77	1.817.879,48	32.833.404,82
2045	32.833.404,82	30,66%	4.283.105,24	2.592.184,90	1.690.920,35	30.241.219,92
2046	30.241.219,92	30,66%	4.283.105,24	2.725.682,42	1.557.422,83	27.515.537,50
2047	27.515.537,50	30,66%	4.283.105,24	2.866.055,06	1.417.050,18	24.649.482,44
2048	24.649.482,44	30,66%	4.283.105,24	3.013.656,90	1.269.448,35	21.635.825,54
2049	21.635.825,54	30,66%	4.283.105,24	3.168.860,23	1.114.245,02	18.466.965,31
2050	18.466.965,31	30,66%	4.283.105,24	3.332.056,53	951.048,71	15.134.908,78
2051	15.134.908,78	30,66%	4.283.105,24	3.503.657,44	779.447,80	11.631.251,34
2052	11.631.251,34	30,66%	4.283.105,24	3.684.095,80	599.009,44	7.947.155,54
2053	7.947.155,54	30,66%	4.283.105,24	3.873.826,73	409.278,51	4.073.328,81
2054	4.073.328,81	30,66%	4.283.105,24	4.073.328,81	209.776,43	0,00

Reiterando a recomendação de prática adequada de alíquotas de Contribuição Normal e consolidando os valores referidos nos capítulos 8, 10, 11 e 13, sugere ainda mudança no custeio do plano de benefícios, elevando a contribuição do Ente Federativo em 22,00%:

Categoria	Alíquota Definida na Avaliação (%)
Ente Federativo	18,90%
Taxa de Administração	3,10%
Ente Federativo - Total	22,00%
Segurados Ativos	14,00%
Aposentados	14,00%
Pensionistas	14,00%
TOTAL	36,00%

Ademais, coube ao Ente, se necessário, decidir sobre a mudança na forma de amortização do déficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos — e não por incidência de alíquotas.

Diante do resultado atuarial, realizamos reuniões com os Conselhos e o Ente e encaminhamos ao Prefeito Municipal projeto de Lei Complementar para alteração do Plano de Equacionamento de cobertura do Deficit Atuarial.

Nesse contexto, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei Complementar nº 15/2023, que alterava as alíquotas de contribuições da Lei Complementar nº. 008, de 03 de Maio de 2002, sendo este projeto REPROVADO, nos termos do ofício-CMVA Nº. 002/2023:



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OFÍCIO-CMVANº 002/2023

Vargem Alta - ES, 02 de janeiro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
ELIESER RABELLO
Prefeitura Municipal de Vargem Alta
Vargem Alta - ES

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, comunica-lo que em Sessão Ordinária realizada nesta Casa Legislativa no dia 29 de dezembro de 2023, foram REPROVADOS os seguintes Projetos:

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2023 – autoria do Executivo Municipal que: **ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 008, DE 03 DE MAIO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA.**
- PROJETO DE LEI Nº 12/2023 – autoria do Executivo Municipal que: **ALTERA A LEI Nº 997, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Atenciosamente,

Assinatura Digital
ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Assinatura Digital

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Vereadora – Presidente

Recomendamos, por fim, que se façam estudos de mitigação das condições que impactam o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, com o intuito de trazer o custo previdenciário a um patamar condizente com a realidade atual, a exemplo a implantação da reforma previdenciária promovida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, principalmente em relação à condição de elegibilidade para a aposentadoria.

Vargem Alta/ES, 13 de março de 2023.

Assinatura do Gestor do RPPS

³⁶ Por meio de lei municipal implantando os novos planos: de custeio e de amortização.

³⁷ Evidenciar qual o último estudo atuarial realizado pelo RPPS.